

BRASIL EM DISPUTA

2026

Infomativo N° 1
sobre as eleições
presidenciais em
contexto



Brasil em disputa 2026

Informativo sobre as eleições presidenciais em contexto

Informativo N.º 1 do

**Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Capitais Transnacionais,
Estados, Classes Dominantes e Conflitividade na América Latina e Caribe
(GIEPTALC)**

Brasil em disputa 2026: informativo sobre as eleições presidenciais em contexto / Fernando Romero Wimer ... [et al.]. - 1a edición bilingüe. - Bahía Blanca: Ediciones del Ceiso ; Foz do Iguaçu: GIEPTALC, 2026.
Libro digital, DOC

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-631-91827-1-2

1. Análisis Político. I. Romero Wimer, Fernando
CDD 320

Arte de Capa: Ana Eliria Bonafé de Moura

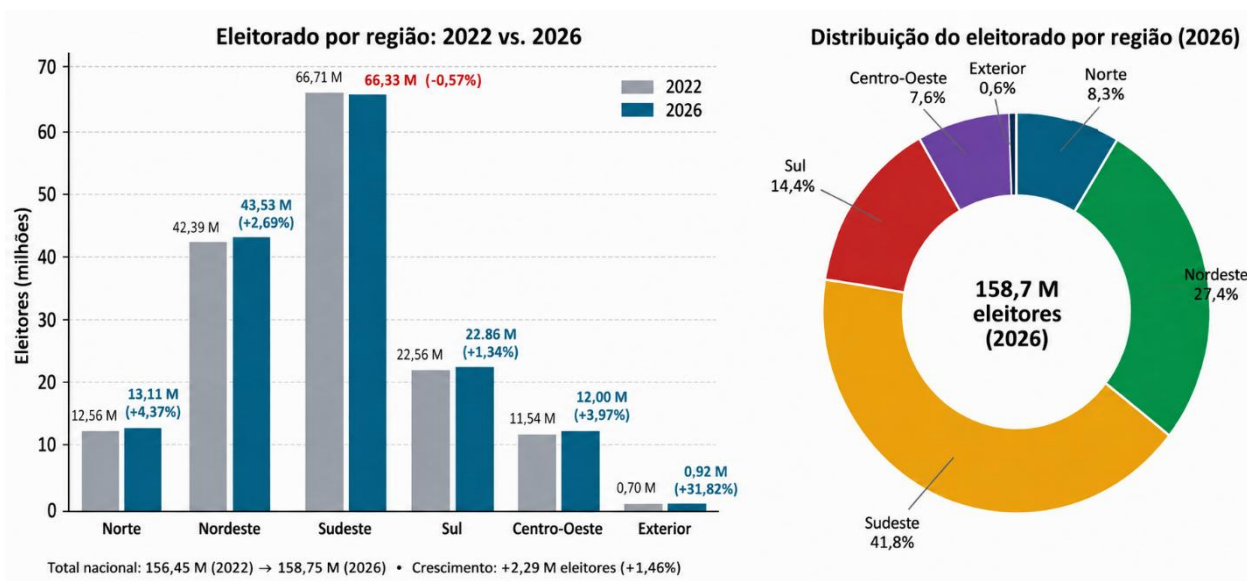
Fernando Romero Wimer
Marcos Jardim Pinheiro
Joab Miguel Caselato
Rafaela Iunovich König
Sebastián Sarapura Rivas
Bill Eglinton Flores Maricahua

Foz do Iguaçu, 18 de agosto de 2026

Introdução

As eleições presidenciais brasileiras de 4 de outubro de 2026 (com segundo turno previsto para 25 de outubro) registram o maior número de eleitores desde a Proclamação da República, totalizando 158.745.463. O eleitorado cresceu 1,46% desde 2022, com a inclusão de 2.291.492 novos eleitores. Além da presidência, realizam-se eleições para governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais ou distritais. A maior parcela desse crescimento ocorreu na região Norte, que registrou um aumento de 4,37% no número de eleitores, representando 8,26% do eleitorado total do país. Da mesma forma, o eleitorado no exterior cresceu 31,82%, passando de 697.078 pessoas em 2022 para 918.876 em 2026 (TSE, 2026c).

Gráfico 1. Crescimento do eleitorado brasileiro (2022-2026) e sua distribuição regional



Fonte: Elaboração própria sobre a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (2026c)

O cenário que parecia definido no final de 2025 — com Lula liderando com folga em todas as pesquisas eleitorais — deu lugar a uma disputa política muito mais acirrada no primeiro semestre de 2026, mesmo em meio a uma leve recuperação do governo em exercício em agosto daquele ano. Essas tendências apontam para uma disputa fortemente competitiva, provavelmente decidida em um segundo turno.

Vale ressaltar que mais de 20% do eleitorado se absteve nas eleições presidenciais de 2022 (TSE, 2025), apesar de o voto ser obrigatório (para brasileiros alfabetizados entre 18 e 70 anos). Segundo o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), aqueles que deixam de votar devem justificar a ausência e pagar multas de baixo valor para evitar irregularidades em seu Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e o cancelamento do título de eleitor (caso deixem de votar em três pleitos consecutivos), entre outras penalidades (TSE, 2024).

Este primeiro relatório da série “Brasil em Disputa 2026” analisa a complexa situação política do país durante a semana de abertura da campanha eleitoral que antecede a votação presidencial de outubro. Do ponto de vista metodológico, o documento oferece

um panorama estruturado dos principais fatores que moldam o cenário político atual. Para tanto, apresenta dados extraídos de pesquisas de opinião, plataformas oficiais e fontes diretas sobre os eventos mais relevantes. O relatório também examina o impacto desses desdobramentos por meio da análise de sua cobertura na mídia nacional e internacional.

I. Tendências eleitorais: pesquisas no primeiro e no segundo turno

Ponto de partida (outubro de 2025)

Segundo a pesquisa Genial/Quaest de outubro de 2025, Lula lideraria o primeiro turno com 35% das intenções de voto, seguido por Jair Bolsonaro com 26% — apesar de este último ter sido declarado inelegível até 2030 pelo Tribunal Superior Eleitoral e, posteriormente, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado em 2022. Em simulações de segundo turno, Luiz Inácio "Lula" da Silva superou Tarcísio de Freitas e Michelle Bolsonaro. No entanto, 56% dos entrevistados acreditavam que Lula não deveria concorrer à reeleição (Genial/Quaest, 2025b).

Mudança de rumo em 2026

Uma pesquisa Genial/Quaest de 2026 mostrou Lula com 36% no primeiro turno, em comparação com 23% do senador Flávio Bolsonaro e 9% de Tarcísio de Freitas. Num potencial segundo turno, Lula derrotaria Flávio por 45% a 38%, Freitas por 44% a 39%, Ronaldo Caiado por 44% a 33% e Zema por 46% a 31% (UOL, 2026).

Aumento da concorrência (março–abril de 2026)

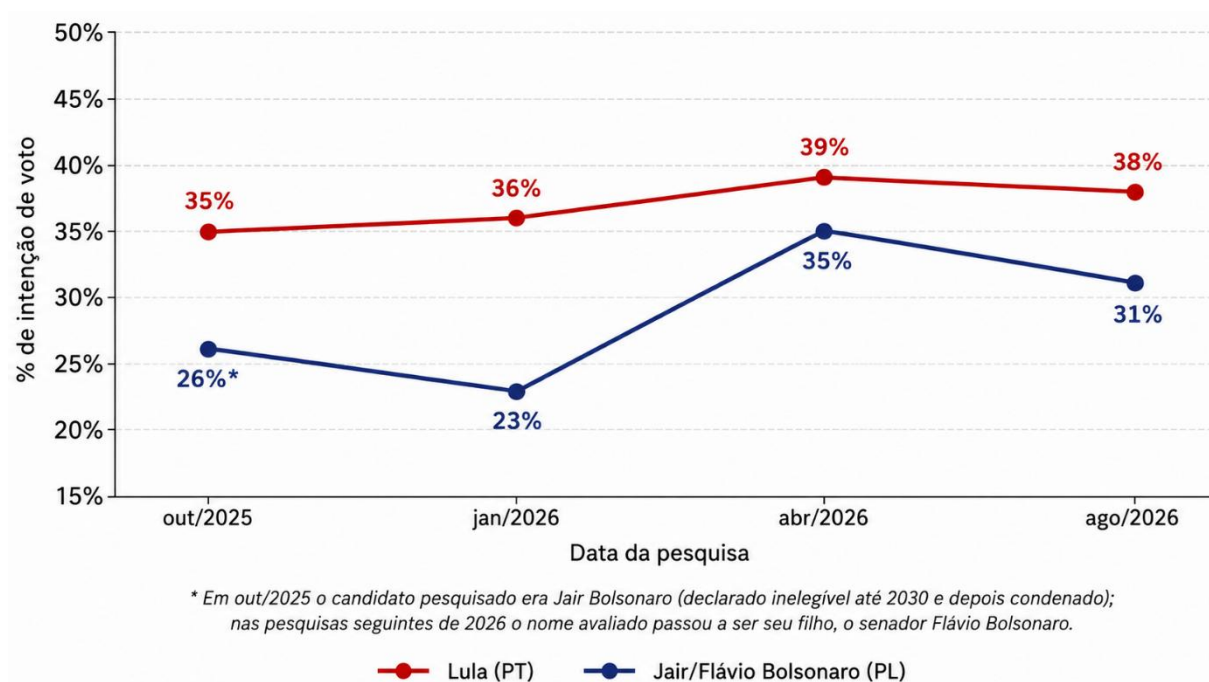
A situação mudou drasticamente em março de 2026. Naquele mês, a pesquisa AtlasIntel/Bloomberg mostrou Flávio Bolsonaro ultrapassando numericamente Lula pela primeira vez em um cenário de segundo turno: 47,6% contra 46,6% (AtlasIntel/Bloomberg, 2026a). O Instituto Datafolha confirmou a tendência em abril: Flávio Bolsonaro registrou 46% das intenções de voto contra 45% de Lula no segundo turno — o que representava um empate técnico dentro da margem de erro. No entanto, Lula manteve a liderança em todos os cenários de primeiro turno: 39% contra 35% de Flávio Bolsonaro (CNN Brasil, 2026).

A recuperação de Lula (junho–agosto de 2026)

Em maio de 2026, foram divulgadas gravações de áudio nas quais Flávio Bolsonaro pedia US\$ 12 milhões a um banqueiro acusado de fraude para produzir um filme sobre seu pai (Calheiros, 2026). Com Lula da Silva e Flávio Bolsonaro tendo visitado Trump na Casa Branca, as relações bilaterais com os Estados Unidos ganharam maior relevância eleitoral (Zegarra, 2026; CNN International, 2026). No início de agosto, quando lançou oficialmente sua candidatura na convenção do Partido dos Trabalhadores, Lula havia recuperado terreno, chegando com índices de popularidade mais altos do que os registrados seis meses antes (PT, 2026).

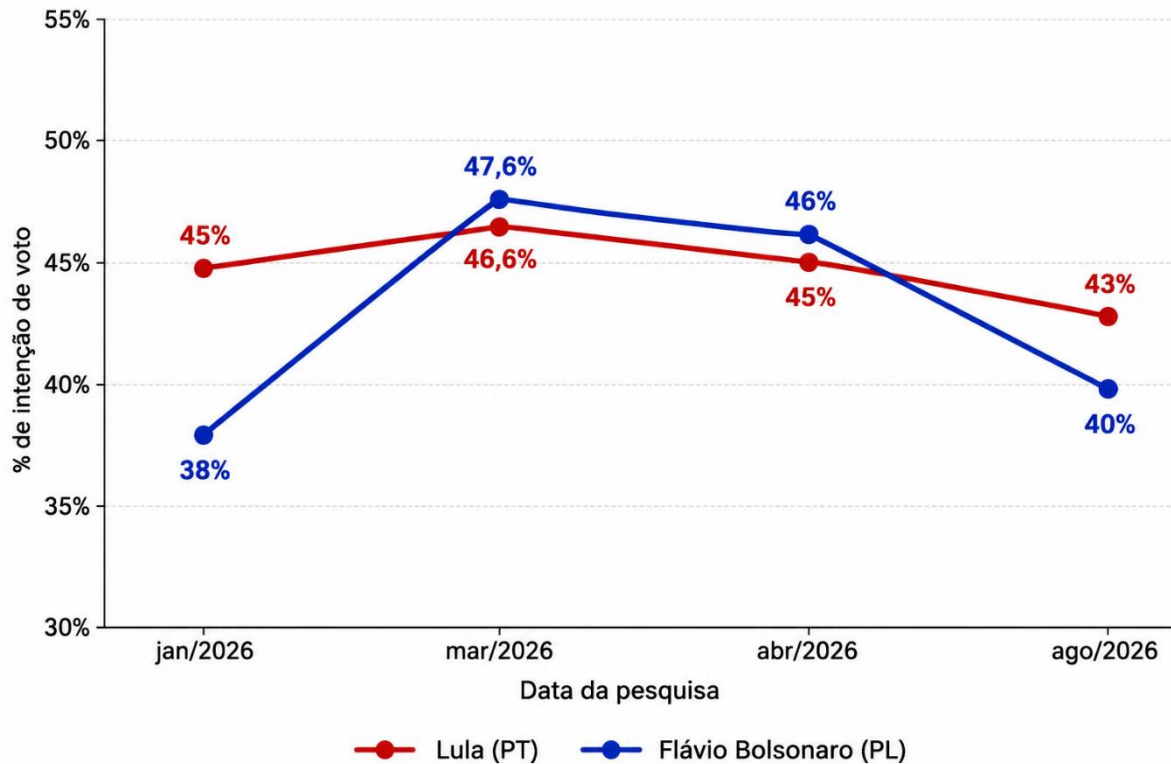
Em 3 de agosto, foi divulgada uma pesquisa BTG/Nexus. Lula aparecia empatado com Flávio Bolsonaro e Ronaldo Caiado em um cenário de segundo turno. O levantamento também mostrava um crescimento de 4 pontos percentuais de Flávio Bolsonaro, colocando-o em empate técnico com o presidente Lula no primeiro turno (BTG/Nexus, 2026a).

Gráfico 2. Primeiro turno: Lula versus Bolsonaro



Fonte: Elaboração própria sobre a base de dados de AtlasIntel/Bloomberg (2026), Quaest (2026); Genial/Quaest (2025b; 2026b); Schroeder, L. & Molfese (2026) y UOL (2026).

Gráfico 3. Segundo turno: Lula versus Bolsonaro

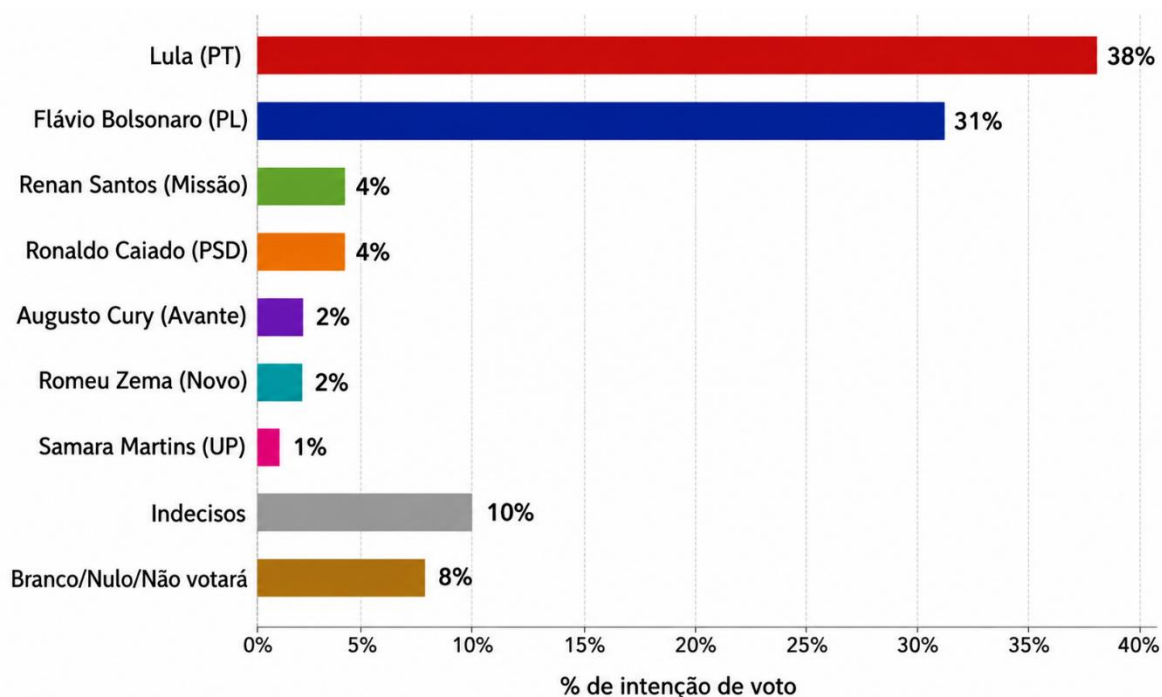


Fonte: Elaboração própria sobre a base de dados de AtlasIntel/Bloomberg (2026a), Quaest (2026); Genial/Quaest (2025b; 2026b); Schroeder, L. & Molfese (2026), UOL (2026) y BTG/Nexus (2026a)

Outros candidatos

Ronaldo Caiado (PSD- Partido Social Democrático), ex-governador de Goiás, desponta como o candidato da "terceira via", atraindo evangélicos, o setor do agronegócio e conservadores fiscais desconfortáveis com o bolsonarismo. Ele registra entre 3% e 6% das intenções de voto no primeiro turno, embora, em simulações de segundo turno contra Lula, alcance entre 35% e 41% (BTG/Nexus, 2026a).

Gráfico 4. Intenção de voto para Presidente- 1º Turno (14 de agosto de 2026)



Fonte: Quaest (2026)

Em 14 de agosto, a pesquisa eleitoral da Quaest apontou uma vantagem muito pequena de Lula da Silva ou um empate técnico entre Lula e Flávio Bolsonaro para o segundo turno, considerando a margem de erro de 2%. Especificamente, os dados indicam que Lula da Silva venceria no primeiro turno com 38%, enquanto Flávio Bolsonaro obteria 31%, Caiado 4%, Renan Santos 4% e Romeu Zema 2%. Para o segundo turno, os resultados mostram Lula com 43% e Flávio com 40%, com 13% declarando que votariam em branco ou nulo ou se absteriam de votar, e 4% permanecendo indecisos (Quaest, 2026). A pesquisa divulgada pelo BTG Pactual em 17 de agosto confirmou essa tendência de empate técnico no segundo turno, com Lula mantendo uma leve vantagem sobre seus potenciais adversários. Além disso, o levantamento indica uma taxa de rejeição mais alta para Flávio Bolsonaro (50%) do que para Lula (48%) (BTG/Nexus, 2026b).

II. As plataformas programáticas dos principais candidatos

Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva (PT – Partido dos Trabalhadores)

Lula lançou oficialmente sua candidatura a um quarto mandato na convenção do PT, em 2 de agosto de 2026, aos 80 anos de idade. Seu discurso principal não se concentrou em seu histórico de gestão interna, mas sim na posição do Brasil em um mundo instável: aumento dos gastos com defesa¹, proteção de minerais estratégicos, industrialização soberana (abrangendo a Nova Política Industrial e o Plano Brasil Soberano — este último voltado a apoiar exportações e contrapor aumentos acentuados de tarifas) e autonomia na política externa.

No âmbito interno, Lula continua defendendo iniciativas populares herdadas de sua campanha anterior: uma reforma do imposto de renda que reduz a carga tributária sobre trabalhadores de baixa renda e um programa de perdão de dívidas que conta com amplo apoio. Outra conquista importante foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados em maio, do fim da jornada de trabalho "6x1" (reduzindo a semana de trabalho de 44 para 40 horas sem redução salarial); no entanto, o projeto de lei estagnou no Senado, e sua tramitação ainda pode ser adiada para depois das eleições de outubro. A soberania tecnológica, a transição energética liderada pelo Estado e a expansão de programas sociais completam sua plataforma política (PT, 2026).

Flávio Bolsonaro (PL – Partido Liberal)

Flávio Bolsonaro lançou oficialmente sua candidatura em 25 de julho de 2026, em São Paulo, surgindo como o herdeiro político do bolsonarismo após a prisão de seu pai (Rossi, 2026). Naquele mês, ele apresentou o plano "Brasil por Elas", que propõe acesso à internet para 70 milhões de mulheres e a criação de uma plataforma de inteligência artificial chamada MarIA (Leventhal, 2026). Sua plataforma geral reflete os pilares do bolsonarismo: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, melhoria das relações com os EUA e Israel e o combate ao crime organizado (Bolsonaro, 2026). Assim como seu pai, ele tem buscado levantar dúvidas sobre o sistema de votação eletrônica. Recentemente, Flávio Bolsonaro fez um discurso para embaixadores e diplomatas estrangeiros associando o sistema a uma empresa venezuelana — uma alegação que as autoridades eleitorais brasileiras tiveram de refutar (SBT News, 2026).

Flávio Bolsonaro buscou um candidato a vice-presidente oriundo do chamado Centrão (partidos de centro); nomes como Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias (PP — Partido Progressista) e Daniella Marques (Republicanos) foram sondados, mas esses partidos mantiveram a neutralidade. O Republicanos ocupa a presidência da Câmara dos Deputados (Hugo Motta). O Podemos também declarou neutralidade, apesar de o campo bolsonarista ter cogitado atrair sua presidente, Renata Abreu. No Senado, a presidência é exercida pelo partido União Brasil (Davi Alcolumbre) — que integra uma federação com o PP —, mas essa legenda também se declarou neutra. Por fim, Flávio Bolsonaro escolheu

¹ Justifica-se a política de defesa e o aumento dos gastos militares sob a premissa da dissuasão estratégica, da proteção dos recursos naturais e da autonomia tecnológica. Entre as áreas estratégicas estão a floresta amazônica, grandes reservas de água doce, campos petrolíferos do pré-sal e, especialmente, minerais críticos e elementos de terras raras — recursos que desencadeiam intensa competição internacional entre as grandes potências.

um integrante de seu próprio partido como candidato a vice: Alfredo Gaspar. (Partido Liberal, 2026).

Ronaldo Caiado (PSD-Partido Social Democrático)

Ex-governador de Goiás, médico e pecuarista, Caiado posiciona-se como uma alternativa de centro-direita ao movimento bolsonarista de extrema-direita. Ele atrai evangélicos, o setor do agronegócio, conservadores fiscais e eleitores que rejeitam tanto o PT quanto as formas mais extremas de bolsonarismo. Suas propostas concentram-se no equilíbrio fiscal, na modernização do estado sem retórica disruptiva e no fortalecimento do setor agrícola (Caiado, 2026).

Romeu Zema (Partido Novo)

Ex-governador do importante estado de Minas Gerais, ele é o candidato oficial à presidência pelo Partido Novo. Com vistas às eleições gerais de outubro, sua campanha combina um perfil de gestão econômica voltada para o livre mercado — incluindo a privatização de empresas estatais — com uma retórica notadamente dura em relação à justiça e à segurança — incluindo a autorização da posse de armas em áreas rurais —, posicionando-se, assim, firmemente no espectro da direita brasileira (Da Silva, 2026).

Renan Santos (Missão)

Ele é empresário, ativista político de direita e cofundador do Movimento Brasil Livre (MBL). As medidas que propõe incluem ajuste fiscal, revisão do programa social Bolsa Família, combate ao crime organizado, políticas punitivas drásticas e a eliminação de cotas raciais e sociais em universidades públicas e concursos para o serviço público (Portela, 2026). Seu companheiro de chapa é Aroldo Medina, militar da reserva de 62 anos, também jornalista e editor especializado em história militar (Michel, 2026).

III. A incidência da política estadunidense

A interferência de Washington nas eleições brasileiras de 2026 é o elemento mais inédito e disruptivo do ciclo eleitoral e acabou — de forma inicial e paradoxal — beneficiando Lula.

Flávio Bolsonaro tem contado com o apoio declarado de integrantes da administração de Donald Trump nos EUA, do presidente argentino Javier Milei e do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu. O campo governista tem capitalizado estrategicamente essa internacionalização do apoio da direita. Lula tem buscado explorar os vínculos da família Bolsonaro com Trump para apresentar a disputa como uma escolha entre a independência nacional e a submissão a interesses estrangeiros, retratando Flávio Bolsonaro como um "traidor da pátria". (BBC News Brasil, 2026).

Os acontecimentos lhe forneceram argumentos concretos: após a reunião de Trump com Flávio Bolsonaro, Washington classificou grupos de crime organizado brasileiros como organizações terroristas e ameaçou impor novas tarifas ligadas a investigações comerciais — duas medidas que Lula atribuiu diretamente ao seu rival eleitoral. Em julho de 2026,

o Brasil negou vistos a dois funcionários do Departamento de Estado dos EUA², a quem o governo em Brasília acusou de tentar semear dúvidas sobre o sistema de votação eletrônica — uma alegação que o Departamento de Estado rejeitou em um comunicado.

A soberania sobre minerais críticos surgiu como o tema central do discurso de Lula na convenção de seu partido. No evento do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula prometeu proteger as reservas brasileiras de elementos de terras raras e outros minerais críticos contra o controle estrangeiro, afirmando que nenhuma entidade chinesa, americana ou francesa tocaria nesses recursos sem respeitar a soberania do país. Ele reafirmou essa posição em seu primeiro comício de campanha como candidato à presidência, no domingo, 17 de agosto (Cavalcanti & Bucci, 2026).

A postura de Lula, no entanto, contrasta com a rejeição, por parte do governo, de propostas para a criação de uma nova empresa estatal voltada à mineração de terras raras (Queiroz, 2026). Em vez disso, a alternativa institucional que emerge é uma política nacional para minerais críticos e estratégicos, a qual limita os incentivos fiscais e de financiamento ao capital privado envolvido na extração de terras raras (Senado Federal, 2026).

Apesar de sua natureza moderada, a política do governo em relação às terras raras não pode ser descartada como um possível gatilho para conflitos com os Estados Unidos. A lógica subjacente à política externa da administração Trump — conforme delineada em documentos oficiais — visa estabelecer uma hegemonia incontestável na América Latina. Entre as principais medidas concretas adotadas pelos EUA contra o Brasil, destaca-se a imposição de rodadas de tarifas sobre produtos brasileiros em julho de 2026, justificadas por alegações de práticas comerciais desleais. Brasília rejeitou esse argumento, uma postura que reforçou a retórica do presidente Lula sobre a soberania nacional.

Tudo indica que, no plano do discurso político, a tensão entre a soberania nacional e a entrega de interesses nacionais a potências estrangeiras ocupará lugar de destaque na campanha eleitoral. Em 9 de agosto, um parlamentar republicano dos EUA publicou na rede social X uma imagem gerada por inteligência artificial que retratava Lula sendo capturado por tropas americanas, em uma cena que remetia à situação de Nicolás Maduro. Paralelamente, diversas alas do Partido dos Trabalhadores (PT) manifestaram preocupação com ameaças envolvendo campanhas coordenadas de robôs (*bots*) e manipulação de redes sociais a partir do exterior, visando influenciar o eleitorado e minar a confiança no sistema brasileiro de votação eletrônica³ (PT, 2026).

Em julho de 2026, o Brasil tornou-se o segundo maior pagador de impostos sobre produtos vendidos aos EUA, ficando atrás apenas da República Popular da China. Essa mudança ocorreu depois que a administração de Donald Trump impôs novas taxas com base em investigações sobre comércio digital e trabalho forçado, elevando para 37,5% as

² Os dois funcionários do Departamento de Estado dos EUA foram identificados como Riley M. Barnes e Samuel Samson. Constatou-se que a missão representava um risco de interferência e exploração política às vésperas da eleição presidencial de outubro. Essa recusa acrescenta um novo capítulo às tensões entre as administrações de Donald Trump e de seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.

³ As eleições de 2026 serão as primeiras a ocorrer em um cenário de uso generalizado de inteligência artificial generativa. Ferramentas capazes de criar vídeos, áudios e imagens extremamente realistas ampliam as possibilidades de comunicação das campanhas, mas também suscitam preocupações quanto à salvaguarda dos direitos democráticos da população.

alíquotas incidentes sobre quase 2.000 produtos de exportação que entravam nos Estados Unidos (Aguiar, Sant’anna & Andrade, 2026).

É de se esperar que ocorram novos episódios de interferência, aberta ou velada, por parte dos Estados Unidos ao longo da campanha eleitoral. A retórica nacionalista de Lula — embora ele certamente nunca tenha fechado as portas para negociações com os EUA — não pode ser ignorada como um fator relevante para compreender as ações que Washington poderá adotar a fim de defender seus interesses no Brasil. Declarações como as de José Múcio, Ministro da Defesa no governo Lula — que recentemente afirmou que, no caso de uma invasão militar dos EUA, teria de "abrir os portões do país" (Guimarães, 2026) —, ilustram as limitações da ampla coalizão que apoia a candidatura de Lula. Elas também evidenciam a coexistência, nessa coalizão, de posições aparentemente contraditórias que, contudo, convergem para uma aspiração comum: retomar o estilo de relacionamento que caracterizou os vínculos do Brasil com presidentes estadunidenses do Partido Democrata.

As dificuldades em interpretar as condições globais sob as quais se desenrola a atual política imperialista dos EUA, somadas à impossibilidade de negociar os termos de uma relação que é — por sua natureza capitalista — necessariamente assimétrica e predatória, definem o caráter ambíguo do discurso petista e limitam a capacidade tanto de sua base militante quanto da população em geral de responder a futuras intervenções de Washington no gigante sul-americano.

IV. O contexto regional latino-americano

As eleições brasileiras de 2026 ocorrem em meio a um período de intensa polarização regional, com um bloco de governos de extrema direita (Milei na Argentina, Santiago Peña no Paraguai, Nayib Bukele em El Salvador, José Antonio Kast no Chile, Keiko Fujimori no Peru, Rodrigo Paz Pereira na Bolívia e o eleito Abelardo de la Espriella na Colômbia)⁴ alinhados a Washington, e os poucos governos de centro-esquerda ou de esquerda — como o do México — que mantêm relações mais tensas com a administração Trump.

O novo equilíbrio de poder que se delineia na região também se desenvolve em meio aos esforços dos EUA para recuperar sua histórica influência econômica e política diante da crescente influência chinesa. Essa postura, explicitamente delineada em documentos oficiais (The White House, 2025) e em declarações constantes do presidente Trump e de outros membros de sua administração — manifestando-se de forma mais visível na invasão da Venezuela no início de 2026, e expressa por meio de apoio explícito nas redes sociais a políticos conservadores e de direita.

Não é, portanto, de surpreender que os governos da Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago — bem como o então presidente eleito do Chile — tenham participado da cúpula inaugural "Escudo das Américas" (Presidencia de la Nación Argentina, 2026), uma iniciativa que deve ser vista como parte da nova doutrina de segurança nacional do poder dos EUA. Apresentada como uma coalizão voltada para promover o combate ao terrorismo, enfrentar a imigração ilegal e salvaguardar a “estabilidade” no Hemisfério

⁴ Na América do Sul, além do Brasil, apenas a Guiana (Irfan Ali), o Uruguai (Yamandú Orsi) e o Suriname (Jennifer Simons) não possuem, atualmente, governos alinhados a essa postura política.

Ocidental — e analisada sob a ótica da política de segurança nacional dos EUA —, fica evidente que seu objetivo principal é reforçar o alinhamento das forças armadas latino-americanas e dos políticos locais aos interesses de Washington.

A iniciativa, que busca enquadrar o crime organizado como uma forma de terrorismo transnacional, alinha-se à estratégia midiática empregada pelo governo dos EUA, tanto antes quanto depois do sequestro de Nicolás Maduro, para justificar tal ação. Declarações nesse mesmo sentido — e não por acaso — têm sido constantes em relação a grupos criminosos no Brasil e no México.

O controle que Washington exerce sobre o governo liderado por Delcy Rodríguez — caracterizado por alguns estudiosos como uma situação neocolonial (Bonilla-Molina, 2026) —, somado ao endurecimento das sanções contra Cuba e às ameaças de invasão militar da ilha, evidencia a falta de contenção com que a potência imperialista atua para afirmar seus interesses na região atualmente.

O alinhamento de Milei e Netanyahu com Flávio Bolsonaro ilustra a formação de uma internacional populista de direita claramente subordinada aos interesses do imperialismo estadunidense. Uma vitória de Flávio Bolsonaro alinharia o Brasil — a maior economia da região — a esse bloco, o que teria consequências diretas para o Mercosul, para as negociações com a União Europeia e para a postura da região em relação à China. Por outro lado, uma vitória de Lula fortaleceria o peso do Brasil no G20 e em fóruns multilaterais, consolidando seu papel como contrapeso à hegemonia dos EUA no hemisfério.

No entanto, ambas as possibilidades devem ser analisadas à luz do fato de que a política dos EUA deixa uma margem cada vez mais estreita para o desenvolvimento de uma política externa soberana e independente. Embora a eleição brasileira seja, sem dúvida, um momento decisivo para o equilíbrio de poder na América do Sul, uma eventual vitória eleitoral de Lula e do PT não garante, por si só, uma mudança nas tendências gerais que moldam as relações de Washington com os países latino-americanos nos próximos anos.

V. Fatores sociais e culturais

O evangelicalismo e a direita religiosa

No Brasil, os evangélicos já representam mais de um terço da população — um contingente que cresceu cinco vezes desde 1980 (IBGE, 2012). Entre os jovens de 15 a 29 anos, a adesão ao segmento evangélico tem crescido em detrimento do catolicismo (IBGE, 2022; Fundação Perseu Abramo, 2025). Mais de três em cada quatro evangélicos com menos de 30 anos definem-se como conservadores, assim como mais da metade dos jovens católicos. Esse bloco de eleitores — historicamente dominado pelo bolsonarismo — é atualmente o mais disputado: Caiado busca conquistá-lo com um perfil menos confrontador, enquanto Flávio Bolsonaro tenta herdar o vínculo orgânico que seu pai estabeleceu com as igrejas pentecostais e neopentecostais.

Além da disputa pelo voto evangélico, vale ressaltar que grande parte da recente expansão evangélica no Brasil ocorre nas chamadas "igrejas de porta de garagem" — locais de culto pequenos e onipresentes nas periferias urbanas, que reúnem entre 50 e 200 fiéis e, em sua maioria, não estão vinculados a grandes denominações nacionais. Nesses ambientes, o

pastor tende a refletir sentimentos já compartilhados pela comunidade, em vez de impor preferências políticas pessoais a partir do púlpito. Da mesma forma, o diretor executivo do Instituto de Estudos da Religião (ISER) descreve as igrejas evangélicas como espaços onde os fiéis conversam, discordam e trocam opiniões, e onde os próprios líderes religiosos respondem às demandas e percepções que circulam na congregação — e não o contrário. É importante destacar também que as pesquisas eleitorais ainda oferecem dados limitados sobre recortes de raça, renda, gênero e região dentro da própria população evangélica — uma lacuna metodológica a ser considerada ao analisar os dados agregados de intenção de voto por religião apresentados mais adiante neste relatório (Dias, 2026).

No ciclo atual, essa heterogeneidade estrutural é agravada por uma segunda incerteza: a natureza da própria ligação de Flávio Bolsonaro com a tradição evangélica que seu pai explorou com sucesso para obter ganhos eleitorais. Dias (2026) aponta uma mudança — distinta daquela observada nas eleições de 2018 e 2022 — na relação entre as igrejas e a base política de Flávio Bolsonaro; apesar de ser identificado como o herdeiro político do bolsonarismo, o senador demonstra pouca familiaridade com essa tradição religiosa. Isso compromete a expectativa anterior de que o eleitorado evangélico migraria automaticamente para a candidatura de Flávio Bolsonaro, como um desdobramento direto do bloco bolsonarista consolidado em 2018 e 2022.

Entre os fatores que influenciam o voto está a presença de comunidades no TikTok e no Instagram que impulsionam o voto religioso e conservador — inclusive entre pessoas de baixa renda e não brancas — em direção à direita, no segmento de jovens de 18 a 34 anos. Trinta por cento desses jovens são evangélicos, incluindo aqueles que pertencem às chamadas igrejas pentecostais e neopentecostais⁵ (Reis & Saraiva, 2026).

Essa mesma interseção entre religião, juventude e redes sociais encontra respaldo em uma análise mais ampla do eleitorado jovem como um todo. Segundo uma pesquisa da AtlasIntel/Bloomberg de novembro de 2025, 52% da Geração Z⁶ brasileira identificaram-se com a direita ou centro-direita, em comparação com 31% com a esquerda ou centro-esquerda, 5% com o centro e 12% sem ideologia declarada — a maior proporção de identificação com a direita entre todas as gerações pesquisadas, superando os 42% registrados na população em geral e os 51% entre os *millennials*⁷, de 34% entre a Geração X⁸ e 25% entre os *Baby Boomers*⁹ (AtlasIntel; Bloomberg, 2025; Oliveira; Costa, 2026). Como possível explicação para essa mudança, Oliveira e Costa (2026) propõem uma

⁵ As igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil representam o segmento religioso que vivencia a maior expansão e transformação social no país, com denominações de destaque como as Assembleias de Deus, a Congregação Cristã no Brasil e a Igreja Universal do Reino de Deus. Suas principais características incluem a teologia da prosperidade, uma agenda conservadora e a batalha espiritual (combate a demônios, cura divina e rompimento de vínculos com cultos de matriz africana).

⁶ Geração Z (aprox. 1997–2012): a primeira geração totalmente socializada em um ambiente digital definido pela internet, pelas redes sociais e pelos smartphones. Seus anos de formação foram moldados pela crise de 2008, pelas mudanças climáticas, pela pandemia e pela crescente insegurança no trabalho.

⁷ Os *millennials*, ou Geração Y (nascidos aproximadamente entre 1981 e 1996), cresceram durante a transição entre os mundos analógico e digital, incorporando a internet, os computadores e — posteriormente — as redes sociais às suas vidas à medida que chegavam à idade adulta.

⁸ A Geração X (nascida aproximadamente entre 1965 e 1980) foi uma geração de transição entre os mundos analógico e digital, marcada pelo desemprego, por mudanças no mercado de trabalho e por uma maior individualização.

⁹ Os *baby boomers* (nascidos aproximadamente entre 1946 e 1964) são a geração associada ao notável aumento das taxas de natalidade (o *baby boom*) registrado nos países ocidentais após o fim da Segunda Guerra Mundial.

combinação de fatores, incluindo a crescente precariedade do emprego entre os jovens, a fragmentação das formas tradicionais de interação social e a crescente centralidade de religiões fundamentalistas como espaços de pertencimento e formação de identidade — tudo isso em um contexto de insegurança econômica e forte influência das redes sociais. Essa hipótese alinha-se diretamente aos dados sobre consumo digital de conteúdo religioso levantados pela AtlasIntel e pela Bloomberg em julho de 2026: 76,5% dos evangélicos brasileiros afirmam acompanhar influenciadores digitais que abordam notícias ou temas políticos — uma proporção superior à dos católicos (56,3%) e inferior apenas à dos agnósticos e ateus (76,6%) —, ao passo que 41,9% dos evangélicos acompanham especificamente influenciadores que produzem conteúdo religioso, quase o dobro do índice registrado entre os católicos (21,0%) (AtlasIntel; Bloomberg, 2026c).

A filiação religiosa se reflete de maneira significativa na atual disputa presidencial. Segundo a AtlasIntel/Bloomberg, entre os eleitores católicos, Lula detém 50,0% das intenções de voto, contra 36,3% de Flávio Bolsonaro; já entre os evangélicos, os números se invertem: Flávio Bolsonaro alcança 51,5% e Lula, 22,1% (AtlasIntel/Bloomberg, 2026b).

A dimensão geracional, no entanto, mostra que o eleitorado jovem não constitui um bloco politicamente homogêneo. Entre os eleitores de 16 a 24 anos, Lula registra 36,9% das intenções de voto, seguido por Renan Santos com 25,7%, enquanto Flávio Bolsonaro atinge 9,7%. Na faixa etária seguinte — de 25 a 34 anos —, Flávio Bolsonaro chega a 41,1%, Lula a 36,8% e Renan Santos a 14,6% (AtlasIntel/Bloomberg, 2026b).

A religião, por sua vez, permanece relevante para os critérios que os eleitores utilizam ao avaliar candidatos, embora essa influência varie entre as gerações. Em uma pesquisa Genial/Quaest de agosto de 2026, 86% dos entrevistados consideraram importante que um candidato à presidência acreditasse em Deus; 56%, que ouvisse líderes religiosos ao tomar decisões; e apenas 26%, que pertencesse à mesma religião do eleitor. Entre os jovens de 16 a 34 anos, os índices foram mais baixos: 77%, 44% e 19%, respectivamente (Genial/Quaest, 2026a).

Os resultados sugerem que, entre os mais jovens, a avaliação da religiosidade de um candidato não implica necessariamente identificação denominacional ou a correspondente aprovação do envolvimento de líderes religiosos nas decisões políticas. Ao mesmo tempo, essas mudanças coexistem com a persistência de valores conservadores na sociedade brasileira. Segundo o Índice de Conservadorismo Brasileiro Ipsos-Ipec de 2025, 49% da população apresenta um alto grau de conservadorismo e 44%, um grau moderado, enquanto apenas 8% enquadram-se na categoria de baixo conservadorismo. Embora o índice geral tenha registrado um leve declínio entre 2023 e 2025, o conservadorismo aumentou entre homens, indivíduos com renda superior a cinco salários-mínimos, pessoas com ensino superior e moradores de capitais (Ipsos-Ipec, 2025).

Quanto a questões específicas, 72% manifestaram apoio à prisão perpétua para crimes hediondos e 65% à redução da maioridade penal, enquanto 75% se declararam contrários à legalização do aborto, e o apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo caiu para 36% em 2025 (Ipsos-Ipec, 2025).

Ao comparar como esse fenômeno se manifestou em diferentes momentos da história política recente do Brasil, Landim (2026) argumenta que o peso da religião nas eleições presidenciais brasileiras não é constante; pelo contrário, ele tende a se intensificar em dois tipos de circunstâncias: quando um governo detém um índice de aprovação extremamente alto — aproximando-se de 80% — que a oposição não consegue contestar por outros meios (como ocorreu com José Serra em 2010 frente à gestão Lula, que então desfrutava de quase 80% de aprovação como "ótimo/bom"), ou quando um governo enfrenta uma desaprovação igualmente elevada, como aconteceu em 2018 com a gestão de Michel Temer. Com base nessa perspectiva — e contrariando a interpretação comum sobre o ciclo "bolsonarista" —, foi em 2010 (impulsionado pela controvérsia em torno do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, ou PNDH-3, e pela questão do aborto), e não em 2018, que a religião surgiu pela primeira vez como um tema eleitoral central na história brasileira recente. Além disso, a autora documenta uma aliança histórica entre o Partido dos Trabalhadores e setores evangélicos — especificamente a Igreja Universal do Reino de Deus — que teve início em 2002, foi renovada em 2006 e perdurou até março de 2016, quando o Partido Republicano Brasileiro (PRB, atualmente denominado 'Republicanos') — legenda ligada à Igreja Universal — retirou-se do governo de Dilma Rousseff às vésperas de seu impeachment. Esse cenário relativiza a noção de um alinhamento entre evangélicos e o bolsonarismo como um fenômeno estrutural de longo prazo, sugerindo, em vez disso, uma relação mais condicionada ao contexto específico dos índices de aprovação presidencial (Landim, 2026).

A identificação confessional com um candidato não deve ser interpretada como um mecanismo automático de conversão de votos. A mobilização política de setores religiosos pode, portanto, ser situada em um cenário identitário mais amplo, no qual valores conservadores e reacionários se cruzam com sentimentos de desconfiança em relação à política e às instituições.

Essa dimensão também se manifesta nos padrões de confiança institucional: segundo a Genial/Quaest, entre os setores de direita, as igrejas evangélicas, as redes sociais e a Polícia Militar figuram entre as instituições que mais inspiram confiança, ao passo que, entre a esquerda, a confiança se concentra mais fortemente na imprensa, no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Presidência da República (Genial/Quaest, 2025a). Nesse contexto, o conflito político pode assumir uma dimensão moral e antagônica — estruturada em torno de oposições como “nós” versus “eles”, bem versus mal ou Deus versus pecado — que transcende a estrita filiação religiosa.

A inflação e a economia do dia a dia

Desde o início do terceiro mandato de Lula, a economia brasileira manteve uma trajetória de crescimento, embora a atividade tenha perdido ritmo após os resultados robustos de 2023 e 2024. O PIB cresceu 3,2% em 2023 e 3,4% em 2024, registrando alta de 2,3% em 2025. No primeiro trimestre de 2026, a produção aumentou 1,1% em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal) e 1,8% em comparação com o mesmo período de 2025 (IBGE, 2026a; IBGE, 2026b). A partir de 2024, o crescimento prosseguiu sob as restrições do novo arcabouço fiscal estabelecido pela Lei Complementar nº 200/2023; essa lei vinculou a expansão real dos limites de despesas primárias ao desempenho da receita e limitou tal expansão a uma faixa anual de 0,6% a 2,5% (Brasil, 2023). Em comparação com o teto de gastos aprovado durante a gestão de Michel Temer — que

estipulava que as despesas federais só poderiam aumentar em linha com a inflação por vinte anos (Senado Federal, 2016) —, o novo arcabouço, embora ainda restritivo, representa um relativo avanço ao permitir algum crescimento real dos gastos. A aprovação da atual regra fiscal evidencia a complexidade política do mandato de Lula, uma vez que ela restringe o investimento público em diversos setores. A coalizão "Brasil da Esperança" — composta por PT, PCdoB e PV — conseguiu eleger 81 dos 513 deputados federais em 2022 e, conseqüentemente, não detinha maioria na Câmara dos Deputados (TSE, 2023). A aprovação do texto-base do Projeto de Lei Complementar do novo arcabouço fiscal obteve 372 votos a favor e 108 contra; esse resultado foi viabilizado por um apoio parlamentar que extrapolou os quadros da própria coalizão, evidenciando a dependência do Poder Executivo em relação a negociações com diversos partidos para aprovar sua agenda econômica (Câmara dos Deputados, 2023).

Essa relação entre restrições fiscais e a retomada do crescimento é analisada por Summa, Haluska e Serrano (2025), que argumentam que a maior parte do recente desempenho positivo do Brasil foi impulsionada por sua política fiscal expansionista. Os autores atribuem dois terços do crescimento recente do PIB à expansão da demanda interna. No entanto, afirmam que essa política fiscal expansionista não parece ter sido planejada conscientemente pelo governo federal como uma estratégia para ampliar o mercado interno e fomentar o crescimento puxado pela demanda. Tal expansão decorreu da suspensão do teto de gastos federais em 2023; de despesas extraordinárias excluídas das metas fiscais — como o pagamento de precatórios e gastos relacionados a desastres naturais; e do aumento de investimentos por parte de empresas estatais, somado aos gastos de governos estaduais e municipais.

Para as famílias e os setores médios, que destinam uma parcela significativa de sua renda a alimentação, habitação, energia e transporte, a inflação é percebida principalmente por meio dessas despesas. O IPCA caiu de 5,79% em 2022 para 4,62% em 2023, subiu para 4,83% em 2024 e recuou novamente para 4,26% em 2025. Em julho de 2026, a taxa acumulada em 12 meses situava-se em 4,44% (IBGE, 2024; IBGE, 2025; IBGE, 2026d; IBGE, 2026e). Essa trajetória indica uma desaceleração na alta do nível médio de preços. No entanto, a situação ganha relevância particular quando a análise se concentra em grupos de bens e serviços ligados às necessidades cotidianas. Em 2024, a categoria "Alimentação e bebidas" registrou alta de 7,69%, enquanto "Alimentação no domicílio" aumentou 8,23% (IBGE, 2025). Em 2025, apesar da queda no índice geral, "Habitação" subiu 6,79% e "Energia elétrica residencial", 12,31% (IBGE, 2026d). Em julho de 2026, "Alimentação e bebidas" registraram queda de 0,67% e "Transportes" apresentou variação de 0,05%, ao passo que "Habitação" subiu 0,99% e "Energia elétrica residencial", 3,09% (IBGE, 2026e). A recente queda nos preços dos alimentos é significativa para os orçamentos familiares. Para o governo Lula, a redução da inflação em relação a 2022 representa um resultado concreto, reforçado pela retomada do crescimento e do emprego. Contudo, traduzir a desaceleração do índice de preços em melhoria do bem-estar não é um processo automático; trata-se, antes, de uma questão inserida no debate político sobre o papel do Estado na distribuição de renda e na organização da economia. Isso exige a coordenação entre crescimento salarial, transferências sociais, formalização do emprego e investimento público.

Os dados sobre renda são positivos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026c), entre 2023 e 2025, o rendimento médio real habitual de todos os trabalhos cresceu 7,2%, 3,7% e 5,7%, respectivamente; isso marcou três anos

consecutivos de expansão, com o índice de 2025 atingindo o patamar mais elevado da série histórica. Essas variações estão ajustadas pela inflação. Entre os 40% da população com as rendas mais baixas, a renda domiciliar ‘per capita’ aumentou 12,9% em 2023, 9,5% em 2024 e 4,7% em 2025 — números que indicam aumentos reais, mas também uma desaceleração. No último ano, o crescimento da renda desse grupo ficou abaixo da taxa de 6,9% registrada para a população como um todo. A recuperação do emprego, os reajustes do salário-mínimo e os programas sociais contribuíram para esse resultado, representando avanços alcançados pela gestão Lula, apesar das restrições impostas pela complexa correlação de forças. Somam-se a esses avanços a ampliação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) — sancionada por Lula — para quem ganha até R\$ 5.000 mensais, com deduções para rendas de até R\$ 7.350. Com vigência a partir de janeiro de 2026, a medida deve beneficiar mais de 15 milhões de contribuintes e compensar as perdas de arrecadação por meio de uma tributação mais elevada sobre a renda, conciliando, assim, o alívio para trabalhadores e setores médios com uma maior progressividade tributária (Senado Federal, 2025). Nesse contexto, segundo Cavalcanti (2026), a mobilização pelo fim da jornada de trabalho "6x1" (seis dias de trabalho seguidos por um dia de descanso) amplia o debate sobre a qualidade do emprego ao incorporar o direito ao descanso, à saúde e ao tempo pessoal. A proposta busca reduzir a jornada semanal para 40 horas, com dois dias de descanso e sem redução salarial. A iniciativa encontrou receptividade por parte do governo Lula, mas sua aprovação depende, em grande medida, da organização de base e da pressão sobre o Congresso. Este ano, Lula poderá destacar suas realizações, embora o impacto eleitoral delas ainda dependa das condições sociopolíticas necessárias para aprofundá-las e torná-las mais tangíveis nos orçamentos familiares.

Os aumentos reais observados na renda e no emprego coexistem com uma política monetária¹⁰, o que absorve parte desses ganhos por meio do custo do crédito. Em junho de 2026, a taxa média de juros em operações de crédito com recursos livres para as famílias atingiu 64% ao ano, um aumento de 4,6 pontos percentuais em doze meses (BCB, 2026a). O Banco Central reconhece que a elevação do custo do crédito durante o último ciclo de alta da taxa Selic e a expansão do crédito emergencial contribuíram para que a parcela da renda familiar comprometida com o pagamento de dívidas atingisse um nível recorde (BCB, 2026b). Em resposta ao endividamento, o governo Lula implementou o programa Desenrola Brasil pela segunda vez durante seu mandato. Coordenado pelo Ministério da Fazenda, o programa permite a renegociação de dívidas de cartão de crédito, cheque especial e empréstimos pessoais, oferecendo descontos de até 90%, taxas de juros limitadas a 1,99% ao mês e prazos de pagamento de até 48 meses (Brasil, 2026). A medida oferece alívio às famílias endividadas. Economistas consultados pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) argumentam que as taxas de juros elevadas restringem o consumo e o investimento produtivo sem resolver pressões inflacionárias, como as causadas pela alta dos preços dos combustíveis (Rocha, 2026). Como aponta Rocha (2020), essa contradição também possui uma dimensão institucional: em 2020, durante o governo Bolsonaro, o Senado aprovou o projeto de lei que concedia autonomia ao Banco Central — uma medida que, segundo críticos, criou um descompasso entre as decisões de política monetária e a agenda de emprego e renda escolhida pela população. Além disso, o mercado de apostas online — conhecido no Brasil como mercado de *bets* — representa outra fonte de pressão sobre os orçamentos familiares. Segundo estimativas preliminares do Banco Central, em agosto de 2024, cinco milhões de integrantes de famílias

¹⁰ Em agosto de 2026, após a redução da taxa Selic para 14% ao ano, o Brasil permaneceu no topo do ranking global de taxas de juros reais, com uma taxa estimada de 9,30% (Vieira, 2026).

beneficiárias do programa Bolsa Família transferiram R\$ 3 bilhões para empresas de apostas via Pix (BCB, 2024).

Embora os indicadores macroeconômicos sejam positivos, uma parcela da população permanece insatisfeita com a situação econômica. Em agosto deste ano, 43% dos entrevistados afirmaram que a economia brasileira havia piorado nos doze meses anteriores, enquanto apenas 19% acreditavam que ela havia melhorado. Além disso, 69% declararam que o poder de compra dos brasileiros estava menor do que um ano antes (Genial/Quaest, 2026b). A Sondagem do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas reforça essa percepção: em julho, o índice de confiança do consumidor caiu para 88,3 pontos, acompanhado por uma deterioração nas avaliações sobre a situação financeira atual das famílias e por uma queda na confiança entre os dois segmentos de renda mais baixa. O endividamento, a inadimplência e as taxas de juros restritivas continuam a pressionar os orçamentos familiares e a influenciar a percepção sobre a economia (FGV IBRE, 2026). Apesar disso, 46% dos entrevistados esperavam uma melhora da economia nos próximos doze meses, em comparação com 24% que projetavam uma piora (Genial/Quaest, 2026b).

Por fim, vale ressaltar que o detalhamento das intenções de voto por faixa de renda fornece elementos importantes para a análise, ao oferecer um panorama das bases sociais da disputa. Segundo a pesquisa Quaest, em um eventual segundo turno, Lula obtém 54% de apoio entre aqueles que ganham até dois salários-mínimos, contra 30% de Flávio Bolsonaro. No segmento com renda entre dois e cinco salários-mínimos, Flávio atinge 43%, ante 41% de Lula. A aprovação do governo segue uma tendência semelhante: ela é de 59% no primeiro grupo, enquanto no segmento intermediário os níveis de aprovação e desaprovação estão próximos, em 46% e 48%, respectivamente. Entre os entrevistados com renda superior a cinco salários-mínimos, a desaprovação chega a 58% (Genial/Quaest, 2026b). Esses dados sugerem que os resultados da gestão Lula são mais amplamente reconhecidos nos setores da classe trabalhadora, ao passo que as classes médias representam um terreno de disputa mais acirrada. Na corrida contra Flávio Bolsonaro, os argumentos a favor do governo Lula baseiam-se em avanços concretos na geração de empregos, no aumento da renda e na proteção social. No entanto, o desafio reside em consolidar esses ganhos e traduzi-los em melhorias mais tangíveis no cotidiano. O custo de vida e o acesso ao crédito continuam a representar desafios para o governo.

Redes sociais e desinformação

As redes sociais desempenham um papel central no cenário informativo das eleições de 2026, especialmente entre as faixas mais jovens do eleitorado. Segundo a pesquisa TIC, entre os usuários brasileiros de internet de 16 a 24 anos, as redes sociais são a principal fonte diária de informações sobre eventos nacionais e globais (65%), superando aplicativos de mensagens (49%), rádio e televisão (43%) e jornais e revistas (25%). Além disso, 17% dos jovens de 16 a 24 anos e 16% daqueles entre 25 e 34 anos relatam obter informações exclusivamente por meio de redes sociais ou aplicativos de mensagens no dia a dia (NIC.br, 2026).

Esse cenário amplia a circulação de conteúdo político, que chega aos usuários de forma contínua — e muitas vezes incidental —, mediada pelas plataformas em vez de,

necessariamente, por veículos jornalísticos profissionais. Paralelamente, a ascensão da inteligência artificial generativa acrescenta uma nova dimensão às questões já existentes sobre desinformação e manipulação de conteúdo nas redes sociais. De acordo com a mesma pesquisa, 47% dos usuários brasileiros de internet com 16 anos ou mais já utilizaram alguma ferramenta de IA generativa (NIC.br, 2026).

O papel de destaque das redes sociais entre os eleitores mais jovens foi evidenciado na pesquisa “Latam Pulse Brazil” de julho de 2026, realizada pela AtlasIntel e pela Bloomberg, que analisou especificamente o consumo de conteúdo de influenciadores digitais. Segundo o estudo, 63,3% dos brasileiros acompanham influenciadores que abordam notícias, política ou questões sociais — tornando essa a categoria de conteúdo mais consumida entre os entrevistados. Esse índice chega a 78,6% entre eleitores de 16 a 24 anos, superando todas as outras faixas etárias (AtlasIntel; Bloomberg, 2026c). O estudo também mensura o impacto autodeclarado desse consumo: embora 67% dos entrevistados em âmbito nacional afirmem que as opiniões de influenciadores digitais não afetam suas decisões de voto — e 83% descartem a possibilidade de tal conteúdo levá-los a mudar de candidato —, 56,8% dos jovens de 16 a 24 anos admitem ter mudado de opinião sobre uma questão política devido a conteúdos de influenciadores, em comparação com apenas 14,0% daqueles com mais de 60 anos. Da mesma forma, 50,8% dos eleitores de 16 a 24 anos acreditam que os influenciadores digitais exercerão “influência significativa” no comportamento eleitoral brasileiro em 2026, ante 12,9% dos eleitores de 45 a 59 anos e 19,3% dos que têm mais de 60 anos (AtlasIntel; Bloomberg, 2026c). A discrepância entre essa negação generalizada de influência em nível agregado e a suscetibilidade relatada especificamente pelos eleitores mais jovens sugere que o impacto dos influenciadores digitais no voto — longe de ser distribuído de forma uniforme pelo eleitorado — concentra-se desproporcionalmente nessa faixa etária.

A eleição presidencial brasileira de 2026 será a primeira a ocorrer em meio ao uso generalizado de ferramentas capazes de gerar imagens, áudios e vídeos sintéticos cada vez mais realistas. O PT manifestou oficialmente preocupação com as ameaças representadas por campanhas automatizadas de *bots* e pela manipulação nas redes sociais, estratégias voltadas a influenciar o eleitorado e minar a confiança no sistema eletrônico de votação — uma preocupação que não é nova, mas que ganha dimensões internacionais neste ciclo. Do Instagram ao TikTok, jovens brasileiros exibem abertamente sua identidade religiosa e seu conservadorismo político, criando comunidades digitais que reforçam padrões de voto à direita e dificultam o alcance de mensagens progressistas entre a Geração Z.

Dados indicam que — especialmente entre o segmento demográfico mais jovem — a mídia tradicional e o jornalismo profissional estão perdendo seu papel central para o acesso à informação mediado por plataformas digitais, onde o conteúdo jornalístico convive com materiais produzidos por influenciadores, criadores de conteúdo e outras formas informais de comunicação política (NIC.br, 2026). Essa mudança não implica o desaparecimento dos formatos tradicionais de campanha, mas sim uma transformação de seu papel no ecossistema de informação. Embora os debates televisivos continuem sendo valiosos como espaço para a avaliação pública dos candidatos, sua capacidade de alterar preferências eleitorais já consolidadas parece limitada: apenas um quarto dos entrevistados afirma que retiraria o apoio a um candidato que deixasse de participar deles (CNT/MDA, 2026). Essa constatação ressalta a crescente importância de outros espaços de informação e disputa política, particularmente as plataformas digitais.

Dados da pesquisa sobre TIC mostram que 44% dos usuários de internet com idades entre 16 e 24 anos relatam encontrar, diariamente, conteúdos que identificam como *deepfakes*. A presença crescente desse tipo de material impõe novos desafios para a identificação de conteúdos manipulados e para a avaliação da confiabilidade das informações que circulam em plataformas digitais (NIC.br, 2026).

Uma pesquisa realizada pelo Projeto Brief em 2026 lança luz sobre outras dimensões da integração da IA no cenário político-eleitoral. A disposição para utilizar ferramentas de IA na busca por informações sobre candidatos abrange todo o espectro político. A maioria dos participantes que se identificam como de esquerda (59,2%), centro (58,2%) e direita (69,2%) consideraria utilizar essas ferramentas, seja como uma fonte útil ou para consultas acompanhadas de verificação. Assim, a disposição para recorrer à IA em busca de informações políticas é evidente nos três grupos ideológicos, embora seja mais elevada entre os participantes de direita (Projeto Brief, 2026).

As diferenças geracionais são mais acentuadas. A disposição para consultar ferramentas de IA sobre candidatos é menor entre pessoas com mais de 61 anos (48,9%) do que nas faixas etárias de 18 a 29 anos (61,4%) e de 30 a 45 anos (69%). Essas diferenças são ainda mais marcantes no que diz respeito à capacidade de reconhecer conteúdo sintético: 58,2% dos jovens entre 18 e 29 anos identificaram corretamente um vídeo político gerado por IA, em comparação com apenas 20,9% das pessoas com 61 anos ou mais. Ao mesmo tempo, observa-se entre os jovens uma maior tendência a confundir conteúdo autêntico com conteúdo artificial: 39% acreditaram que o vídeo real havia sido gerado com o uso de IA. Os resultados apontam, assim, para riscos distintos: maior dificuldade de identificação de conteúdo sintético entre as faixas etárias mais velhas e, entre os mais jovens, um possível aumento da desconfiança quanto à autenticidade de conteúdos políticos (Projeto Brief, 2026).

Esse novo cenário informativo reflete-se também nas próprias normas eleitorais. Para as eleições de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu regras específicas para o uso de inteligência artificial na propaganda eleitoral, incluindo exigências de identificação de conteúdo sintético e restrições voltadas a reduzir os riscos de manipulação por IA durante o período eleitoral (TSE, 2026a).

A resposta institucional também se estendeu à cooperação com plataformas digitais e empresas de tecnologia. Em julho de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral assinou memorandos de entendimento com Kwai, Telegram, Meta, TikTok, Google, X e LinkedIn para intensificar os esforços de combate a conteúdos falsos, manipulados e descontextualizados durante o processo eleitoral. Além disso, empresas de inteligência artificial como ElevenLabs, OpenAI e Anthropic aderiram ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (TSE, 2026b).

Durante a campanha eleitoral de 2026, na convenção nacional do Partido Liberal destinada a definir a candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro, foi exibido um vídeo gerado por inteligência artificial que simulava a imagem e a voz do ex-presidente Jair Bolsonaro. O uso desse conteúdo foi questionado perante o Tribunal Superior Eleitoral na Representação nº 0601315-97.2026.6.00.0000, ajuizada pela Federação Brasil da Esperança contra Flávio Bolsonaro e o Partido Liberal; até o momento, não há decisão definitiva sobre a questão (Federação Brasil da Esperança, 2026).

A saúde de Lula e o fator idade

Lula terá 81 anos se inicia um novo mandato em 2027 e passou por diversas internações e cirurgias de grande porte nos últimos anos. Esse fator influencia os comentários na mídia nacional e internacional sobre sua saúde, sua capacidade de concluir um novo mandato presidencial e sua aptidão para enfrentar campanhas longas em 2026 (Galarraza Gortázar, 2026).

A politização dos militares

O manifesto "Riscos à Nação", divulgado pelos Clubes Militar, Naval e da Aeronáutica do Brasil, critica o governo quanto à sua gestão econômica, política externa e à crise institucional, alertando para uma possível insolvência e para a irrelevância internacional. O documento aponta que a leniência com a corrupção e a polarização interna — agravadas pela perda de foco estratégico decorrente da pré-campanha de 2026 — intensificam a insegurança nacional (Comissão Interclubes Militares, 2026). Reservistas e veteranos atuam como representantes dessas organizações; como não estão sujeitos às rígidas normas disciplinares que proíbem militares da ativa de fazer declarações políticas, eles expressam abertamente suas posições. Militares da ativa, cada vez mais envolvidos na política, também participam desses grupos (Castro, 2008; Da Silva & Vasconcelos, 2014; Lourenço, 2025).

O papel principal dos atuais comandantes é predominantemente técnico, voltado para missões internacionais e para a preservação de recursos estratégicos. Embora o Brasil tenha liderado o aumento dos gastos militares na América Latina em 2025 (SIPRI, 2026; Brasil. Ministério da Defesa, 2026), a liderança concentra seus esforços em evitar que os recentes ajustes fiscais do governo Lula afetem projetos prioritários. Contudo, a participação ativa de militares em eleições, a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 e o recente documento elaborado por clubes militares revelam a persistência das ideologias de “tutela militar” e de “Doutrina de Segurança Nacional” nas Forças Armadas brasileiras. Isso levou alguns setores militares a se verem não apenas como uma força de defesa externa, mas como um “poder moderador” no âmbito da República. Consequentemente, essa perspectiva gera manifestações de uma suposta missão histórica de salvaguardar a ordem interna sempre que instituições civis enfrentam crises ou alianças geopolíticas tradicionais são rompidas, criando um senso institucional de obrigação de emitir alertas públicos. O manifesto dos clubes militares afirma, textualmente: “*Neste momento decisivo da vida nacional, parece pouco provável que soluções consistentes surjam de um ambiente político marcado por sucessivas crises*” (Comissão Interclubes Militares, 2026).

O envolvimento ativo dos militares na política brasileira contemporânea está estreitamente ligado à transição democrática negociada e à Lei de Anistia de 1979, que impediu a responsabilização penal por crimes cometidos durante a ditadura (1964–1985). Sua redação incluía “crimes conexos” — uma disposição posteriormente interpretada pelos tribunais como um perdão recíproco que também protegia policiais e militares de processos por tortura, sequestros e assassinatos cometidos durante o regime (Fico, 2010).

VI. Síntese e conclusões

O Brasil caminha para uma eleição extraordinariamente competitiva, cujo resultado dependerá em grande medida de três fatores ainda não resolvidos: a capacidade de Flávio Bolsonaro de ampliar sua base para além do núcleo duro bolsonarista e superar o escândalo da gravação de áudio; a habilidade de Lula em transformar o conflito com Washington em um trunfo eleitoral em defesa da soberania, sem afastar setores moderados; e a trajetória do desempenho econômico nos meses que antecedem o dia 4 de outubro.

Quanto às plataformas políticas, a eleição coloca em confronto duas visões estruturalmente distintas para o país. O PT propõe uma industrialização soberana vinculada à proteção de recursos estratégicos, uma reforma tributária progressiva, a redução da jornada de trabalho e a expansão de programas sociais. Já o PL reflete os pilares do bolsonarismo — austeridade fiscal, Estado reduzido, alinhamento com os EUA e Israel e uma agenda de segurança baseada em medidas punitivas — sob a liderança de Flávio Bolsonaro, herdeiro do movimento liderado por seu pai.

A influência da política dos EUA representa o elemento mais disruptivo do ciclo eleitoral. A aliança pública de Flávio Bolsonaro com a administração Trump, Milei e Netanyahu criou uma vulnerabilidade que o campo governista explorou estrategicamente, retratando a eleição como uma disputa entre soberania nacional e interferência estrangeira. As tarifas impostas por Washington em julho de 2026, a negativa de vistos a dois funcionários do Departamento de Estado e a defesa pública de minerais críticos como recursos estratégicos nacionais geraram uma onda de sentimento em prol da soberania que beneficiou Lula, embora sua própria postura não estivesse isenta de contradições.

O Brasil vai às urnas em meio a uma intensa polarização hemisférica, caracterizada pela crescente presença de um bloco robusto de governos de extrema-direita alinhados a Washington. O que já está claro é que esta eleição determinará não apenas o caminho do Brasil, mas também o da América Latina como um todo, pelo menos para a próxima década.

O próximo relatório do GIEPTALC aprofundará a análise da evolução desses e de outros fatores à medida que a campanha eleitoral entra em sua fase decisiva.

Referências

Aguiar, S.; Sant'anna, J. & Andrade, M. (2026, 24 de julho). US adds 12.5% tariff on Brazilian goods over labor practices. *Valor internacional*. <https://valorinternational.globo.com/foreign-affairs/news/2026/07/24/us-adds-125percent-tariff-on-brazilian-goods-over-labor-practices.ghml>

Agência IBGE (2012, 29 de junho). Censo de 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>

AtlasIntel/Bloomberg (2025, 2 de dezembro). Latam Pulse Brasil: Novembro 2025. <https://www.atlasintel.org/poll/latam-pulse-brazil-november-2025-2025-12-02>.

AtlasIntel/Bloomberg (2026a, 25 de março). Eleições Presidenciais Brasil 2026. <https://static.poder360.com.br/2026/03/Pesquisa-Atlas-Bloomberg-Nacional-260323-1.pdf>

AtlasIntel/Bloomberg (2026b, 29 de julho). Eleições Presidenciais Brasil 2026: Pesquisa Atlas/Bloomberg – Julho 2026. <https://cdn.atlasintel.org/498dd172-4381-4192-977c-c4af9787434f.pdf>

AtlasIntel/Bloomberg (2026c, 6 de agosto). Latam Pulse: Brasil, julho de 2026. <https://cdn.atlasintel.org/659177e5-a61d-4d21-92bb-d958ed63dece.pdf>

BCB-Banco Central do Brasil (2024). Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. Brasília, DF: Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE119_Analise_tecnica_sobre_o_mercado_de_apostas_online_no_Brasil_e_o_perfil_dos_apostadores.pdf

BCB-Banco Central do Brasil (2026a). Estatísticas monetárias e de crédito: nota para a imprensa, 30.7.2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasmonetariascredito/202607_Texto_de_estatisticas_monetarias_e_de_credito.pdf

BCB-Banco Central do Brasil (2026b). Relatório de Política Monetária. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 2, n. 2, jun. 2026. <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202606/rpm202606p.pdf>

BBC News Brasil (2026, 2 de junho). Lula culpa Flávio e Eduardo Bolsonaro por ameaça de novo tarifaço: 'São piores que o pai, traidores da pátria'. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd0p991rmrno>

Bolsonaro, F. (2026). *Para Brasil vencer o atraso. Diretrizes do Plano de Governo 2027-2030*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/FLAVIO-BOLSONARO-PARA-O-BRASIL-VENCER-O-ATRASSO-1-1.pdf>

Bonilla-Molina, L. (2026, 4 de agosto). Venezuela: una colonia en el siglo XXI. *NODAL*, <https://www.nodal.am/2026/08/venezuela-una-colonia-en-el-siglo-xxi-por-luis-bonilla-molina/>

Brasil (2023). Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm.

Brasil. Ministério da Defesa (2026). Orçamento e Finanças. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1>

Brasil. Ministério da Fazenda (2026, 10 de agosto). Solicitar renegociação de dívidas: famílias. <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-renegociacao-de-dividas-familias>.

BTG/Nexus (2026a, 3 de agosto). Eleições 2026 Presidente. 8º Rodada. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/BTG-Nexus-nacional-3ago2026.pdf>

BTG/Nexus (2026b, 17 de agosto). Eleições 2026. 10º Rodada. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/BTG-Nexus-nacional-17ago2026.pdf>

Caiado, R. *Plano de governo 2027-2030*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/Plano-de-Governo-Ronaldo-Caiado-Presidente.pdf>

Calheiros, Oscar (2026, 17 de maio). Como o dinheiro do Banco Master racha o mito de Bolsonaro. *Intercept Brasil*. <https://www.intercept.com.br/2026/05/17/banco-master-desmorona-mito-bolsonarista/>

Câmara dos Deputados (2023). Câmara aprova novo regime fiscal no lugar do teto de gastos. Brasília, DF: Rádio Câmara, 25 maio 2023. <https://www.camara.leg.br/radio/965962-CAMARA-APROVA-NOVO-REGIME-FISCAL-NO-LUGAR-DO-TETO-DE-GASTOS>.

Castro, C. (2008). Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: Fico, C. et. al. (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, 119-142.

Cavalcanti, J. (2026, 10 de agosto). A luta pelo fim da escala 6x1 é a luta por um novo Brasil. *Brasil de Fato* <https://www.brasildefato.com.br/colunista/jo-cavalcanti/2026/08/10/a-luta-pelo-fim-da-escala-6x1-e-a-luta-por-um-novo-brasil/>. Acesso em: ago. 2026.

Cavalcanti, S. & Bucci, G. (2026, 16 de agosto). Lula: Não quero outros países explorando terras raras do Brasil, nós que vamos explorar aqui. *Broadcast*. <https://www.broadcast.com.br/ultimas-noticias/lula-nao-quero-outros-paises-explorando-terras-raras-do-brasil-nos-que-vamos-explorar-aqui/>

CNN Internacional (2026, 7 de maio). Lula segue à Casa Branca para reunião com Donald Trump. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-chega-a-casa-branca-para-reuniao-com-donald-trump/>

CNT/MDA (2026, 14 de agosto). *Oito em cada dez brasileiros devem votar nas eleições 2026, aponta Pesquisa CNT/MDA*. Confederação Nacional do Transporte. <https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/oito-em-cada-dez-brasileiros-devem-votar>

Comissão Interclubes Militares (2026, 3 de agosto). “Os riscos à Nação”. <https://clubemilitar.org/artigos/nota-da-comissao-de-interclubes-militares-7/>

Da Silva, C. (2026, 11 de agosto). Plano de governo de Zema propõe o porte de armas em área rural, a privatizar estatais, a criação de uma alternativa à CLT e pagar R\$ 1 mil por bebê nascido. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/08/11/plano-de-governo-romeu-zema-eleicoes-2026-propostas.ghtml>

Da Silva Rodrigues, F., & de Vasconcelos, C. B. (2014). Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do “31 de março de 1964”. *História Unisinos*, 18(3), 514-528.

Dias, O. (2026). Entre Lula e o bolsonarismo: o voto evangélico em 2026. *Fundação FHC*. <https://fundacaoofhc.org.br/debate/entre-lula-e-o-bolsonarismo-o-voto-evangelico-em-2026/>. Acesso em: ago. 2026.

Federação Brasil da Esperança (2026, 12 de agosto). Manifestação na Representação n.º 0601315-97.2026.6.00.0000. Tribunal Superior Eleitoral. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/Representacao-TSE-Federacao-Brasil-Esperanca-Flavio-Bolsonaro-PL-12-ago-2026.pdf>

Fico, C. (2010). A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. *Revista anistia política e justiça de transição*, 4, 318-333.

FGV IBRE-Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (2026, 27 de julho). Sondagem do consumidor: indicador mensal de julho de 2026. Rio de Janeiro. https://portalibre.fgv.br/system/files?file=divulgacao%2F2026-07%2FPress+Release_ICC_Jul26.pdf.

Fundação Perseu Abramo (2025, 15 de agosto). Evangélicos no Brasil: de quem estamos falando. <https://fpabramo.org.br/evangelicos-no-brasil-de-quem-estamos-falando/>

Galarraga Gortázar, N. (2026, 2 de junho). La salud del presidente Lula: del gimnasio al quirófano y radioterapia. *El País* <https://elpais.com/america/2026-06-02/la-salud-del-presidente-lula-del-gimnasio-a-quiropano-y-a-radioterapia.html>

Genial/Quaest (2025a, 8 de setembro). Mais fé, menos política: pesquisa Genial/Quaest mostra como os brasileiros confiam nas instituições. <https://quaest.com.br/confianca-instituicoes-2025/>

Genial/Quaest (2025b, outubro). Lula lidera todos os cenários a um ano da eleição de 2026. <https://quaest.com.br/lps/lp-pesquisa-eleitoral-2026-genial-quaest/>

Genial/Quaest (2026a, agosto). Religião e voto para presidente: Pesquisa Nacional – Brasil, agosto de 2026. <https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/6.GENIALQUAESTAGO26RELIGIA%CC%83OVOTO.pdf>

Genial/Quaest (2026b, agosto). Pesquisa eleitoral para presidente: 28ª rodada. https://media-blog.genialinvestimentos.com.br/wp-content/uploads/2026/08/05082033/PESQUISA_GENIAL_QUAEST_AGO26.pdf.

Guimarães, T. (2026, agosto). Por que ministro da Defesa diz que Brasil teria que só 'abrir o portão' aos EUA em caso de ataque (mesmo após alta de 13% nos gastos militares). *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0l57xn5jwzo>

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo Demográfico 2022 : religiões : resultados preliminares da amostra*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102182.pdf>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024). Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC: dezembro de 2023. Rio de Janeiro. https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2023/ipca-inpc_202312caderno.pdf.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025). Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC: dezembro de 2024. Rio de Janeiro https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/IPCA/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2024/ipca-inpc_202412caderno.pdf.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026a). Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes: out.-dez. 2025. Rio de Janeiro. https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2025/pib-vol-val_202504caderno.pdf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026b). Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes: jan.-mar. 2026. Rio de Janeiro. https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_202601caderno.pdf.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026c). Rendimento de todas as fontes 2025. Rio de Janeiro. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102275_informativo.pdf.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026d). Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC: dezembro de 2025. Rio de Janeiro. https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/IPCA/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2025/ipca-inpc_202512caderno.pdf.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026e). Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC: julho de 2026. Rio de Janeiro. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2026_jul.pdf.

Ipsos-Ipec (2025, 1 de agosto). Recuo no Índice de Conservadorismo do Brasileiro. <https://www.ipsos.com/pt-br/indice-de-conservadorismo-brasileiro-2025>

Landim, A. (2026) Qual será o peso da religião nas eleições presidenciais de 2026? *Le Monde Diplomatique* Brasil, 2026. <https://diplomatique.org.br/qual-sera-o-peso-da-religiao-nas-eleicoes-presidenciais-de-2026/>

Leventhal, H. (2026, 16 de julho). ‘Defender mulher é de direita’, diz Flávio Bolsonaro ao anunciar propostas para mulheres. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/07/16/flavio-bolsonaro-anuncia-propostas-para-mulheres.ghtml>

Lourenço, C. (2025, 10 de janeiro). Mais de 7 mil militares da ativa estão filiados a clubes militares com intensa atuação política. *Fórum*. <https://revistaforum.com.br/politica/mais-de-7-mil-militares-da-ativa-estao-filiados-a-clubes-militares-com-intensa-atuacao-politica/>

Michel, K. (2026, 2 de julho). Quem é Aroldo Medina, militar da reserva do RS anunciado como vice de Renan Santos na chapa para a presidência. *G1*. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2026/noticia/2026/07/02/quem-e-aroldo-medina-militar-da-reserva-do-rs-anunciado-como-vice-na-chapa-de-renan-santos-a-presidencia.ghtml>

NIC.br -Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (2026, 8 de abril). Painel TIC 2025: Pesquisa online com usuários de Internet no Brasil – Integridade da Informação. <https://cetic.br/pt/publicacao/painel-tic-2025-pesquisa-online-com-usuarios-de-internet-no-brasil-integridade-da-informacao/>

Oliveira, F. A; Costa, R.R (2026, agosto). O paradoxo eleitoral da juventude brasileira em 2026. *Le Monde Diplomatique* Brasil ed. 229. <https://diplomatique.org.br/o-paradoxo-eleitoral-da-juventude-brasileira-em-2026/>.

Partido Liberal (2026, 5 de agosto). Flávio Bolsonaro anuncia Alfredo Gaspar como candidato a vice-presidente e destaca sua trajetória de combate ao crime e à corrupção, bem como a defesa de aposentados. <https://partidoliberal.org.br/flavio-bolsonaro-anuncia-alfredo-gaspar-como-candidato-a-vice-presidente-e-destaca-trajetoria-de-combate-ao-crime-a-corrupcao-e-de-defesa-dos-aposentados/>

Portela, M. E. (2026, 31 de julho). De Vargas a Milei, o plano de Renan Santos propõe uma ampla reforma do Estado. *Jota*. <https://www.jota.info/eleicoes/eleicoes-2026/de-vargas-a-milei-plano-de-renan-santos-propoe-ampla-reforma-do-estado>

Presidencia de la Nación Argentina (2026). Escudo de las Américas: El Presidente Milei junto a Trump en el combate al narcoterrorismo. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 2026. <https://www.argentina.gob.ar/noticias/escudo-de-las-americas-el-presidente-milei-junto-trump-en-el-combate-al-narcoterrorismo>.

Projeto Brief (2026). IA e eleições 2026: pesquisa sobre uso de inteligência artificial, informação política e percepção de conteúdos sintéticos. <https://www.projetobrief.com/especiais/ia-eleicoes-2026>

PT (2026, 6 de agosto). *Lula presidente. Vice Alckmin*. https://pt.org.br/wp-content/uploads/2026/08/08_06_JOB838_PT_livroplanodegoverno_260616_BOOK%20210x297mm_pg_solta_web.pdf

PT (2026, 1 de agosto). Convenção Nacional do PT oficializa a candidatura de Lula e Alckmin à reeleição. <https://pt.org.br/convencao-nacional-do-pt-oficializa-candidatura-de-lula-e-alckmin-a-reeleicao/>

PT (2026, 6 de junho). Deepfakes, bots e democracia sob ataque: os desafios da IA nas eleições de 2026. <https://pt.org.br/deepfakes-bots-e-a-democracia-sob-ataque-os-desafios-da-ia-nas-eleicoes-2026/>

Queiroz, Vitória (2026, 24 de abril). Ministro descarta estatal de terras raras, mas vê apoio do BNDES a empresas. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/infra/ministro-descarta-estatal-de-terras-raras-mas-ve-apoio-do-bndes-a-empresas/>

Quaest (2026, 14 de agosto). Eleições 2026. Pesquisa de intenção de voto para presidente. <https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/08/QUAEST1PRESIDENCIAL1408.pdf>

Reis, Beatriz & Saraiva, Augusta (2026, 14 de março). Las iglesias que participan en redes impulsan el movimiento hacia el liderazgo de la Generación Z en Brasil. *Bloomberg*. <https://www.bloomberglinea.com/latinoamerica/brasil/iglesias-activas-en-redes-impulsan-el-giro-a-la-derecha-de-la-generacion-z-en-brasil/>

Rocha, R. (2020, 4 de novembro). Entenda como a autonomia do BC, aprovada pelo Senado, vai afetar sua vida. *CUT Brasil*, 4 nov. 2020. <https://www.cut.org.br/noticias/entenda-como-a-autonomia-do-bc-aprovada-pelo-senado-vai-afetar-sua-vida-6e16>.

Rocha, R. (2026, 6 de maio). Especialistas criticam estratégia do BC e apontam efeitos negativos dos juros altos. *CUT Brasil*, <https://www.cut.org.br/noticias/especialistas-criticam-estrategia-do-bc-e-apontam-efeitos-negativos-dos-juros-al-79a4>.

Rossi, M. (2026, 25 de julho). Sem Michelle e com Milei, Flávio oficializa sua candidatura e promete que Bolsonaro subirá a rampa do Planalto em 2027. *BBC News Brasil* <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce3406eye9eo>

SIPRI (2026). *SIPRI Yearbook 2026*. SIPRI.

SBT News (2026, 22 de julho). Flávio Bolsonaro repete fake news sobre urna eletrônica. <https://www.youtube.com/watch?v=UyOsRstE-RE&t=19s>

Senado Federal (2025, 27 de novembro). Sancionada isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Brasília, DF: Agência Senado <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/27/sancionada-isencao-do-imposto-de-renda-para-quem-ganha-ate-r-5-mil-por-mes>.

Senado Federal (2016, 15 de dezembro). Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos. Brasília, DF: Agência Senado. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>.

Senado Federal (2026). Projeto de Lei nº 2.780, de 2024: institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), vinculado à Presidência da República. Brasília, DF. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/174060>.

Schroeder, L. & Molfese, L. (2026, 11 de abril). Datafolha: Flávio Bolsonaro tem 46% e Lula, 45% no 2º turno. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/datafolha-2o-turno-lula-perde-vantagem-e-empata-com-flavio-caiado-e-zema/>

Summa, R.; Haluska, G.; Serrano, F. Actual government spending and the resumption of growth in Brazil: 2023-24. 2025. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.27055.39843>.

The White House (2025). National Security Strategy of the United States of America. Washington, D.C. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>.

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2023, 12 de janeiro). Portaria nº 10, de 12 de janeiro de 2023. Divulga as relações dos partidos políticos e das federações que atingiram ou não a cláusula de desempenho nas Eleições 2022. Brasília, DF: TSE, 2023. <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2023/portaria-no-10-de-12-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: ago. 2026.

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2024, 3 de julho). Veja as consequências para o eleitor que não votou e não justificou a ausência nem pagou a multa. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/veja-as-consequencias-para-o-eleitor-que-nao-votou-nao-justificou-nem-pagou-multa>

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2025, 29 de abril). Estadísticas de comparecimento/abstenção. https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-comp-abst/home?p0_ano=2022&session=214817493172060

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2026a, 2 de março). Resolução nº 23.755, de 2 de março de 2026. <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2026/resolucao-no-23-755-de-2-de-marco-de-2026>

TSE- Tribunal Superior Eleitoral (2026b, 16 de julho). Eleições 2026: TSE e plataformas digitais firmam parcerias para ampliar combate à desinformação. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Julho/eleicoes-2026-tse-e-plataformas-digitais-firmam-parcerias-para-ampliar-combate-a-desinformacao>

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2026c, 20 de julho). Mais de 158 milhões de eleitores estão aptos a votar nas eleições de 2026. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Julho/mais-de-158-milhoes-de-eleitores-estao-aptos-votar-nas-eleicoes-2026>

UOL (2026, 14 de janeiro). Lula venceria Flávio Bolsonaro e Tarcísio no 2º turno, diz Genial/Quaest. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/01/14/pesquisa-quaest-eleicoes-2026-segundo-turno.htm>

Vieira, J. (2026). *Ranking Mundial de Juros Reais*. : MoneYou; Lev Intelligence, 5 ago. 2026. <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2026/08/rankingdejurosreais050826.pdf>.

Zegarra, G. (2026, 27 de maio). Flavio Bolsonaro tuvo la foto que buscaba con Trump en el Salón Oval. ¿Le servirá para alejar la crisis de su candidatura? *CNN en Español*. <https://cnnespanol.cnn.com/2026/05/27/latinoamerica/brasil-flavio-bolsonaro-reunion-trump-orix>